



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Gabinete do Prefeito

Veto total nº 002/2025
PAC 7276

Ofício nº 063/2025-SEMA

Cidreira, 10 de abril de 2025.

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente, nos termos do Artigo 64, § 1º, da Lei Orgânica do município de Cidreira, apresentar VETO TOTAL ao Projeto de Lei que “Institui o Programa Patrulha Ambiental nas escolas do município de Cidreira e dá outras providências”, pelas razões a seguir expostas.

O Projeto de Lei em tela foi submetido à análise da Procuradoria Jurídica, que exarou o Parecer nº 172/2025, opinando pela imposição de veto total, tendo em vista tratar-se de matéria de iniciativa privativa do Prefeito, afrontando o disposto no art. 60 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, bem como, o disposto nos artigos 49, 72 e 104 da Lei Orgânica Municipal.

O vício se apresenta caracterizado, tendo em vista que não compete ao Legislativo Municipal a iniciativa para tratar sobre Matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, além do que, o Projeto de Lei em comento impõe a geração de despesas orçamentárias e financeiras permanentes ao Município, cujo orçamento anual também compete ao Executivo.

Embora possa ser considerada como louvável a iniciativa pelo conteúdo, não fica sanado o vício formal de origem que não pode ser ignorado, além do que trará reflexo de custos.

Por tais razões, amparado no Parecer Jurídico anexo, impõe-se ao Executivo Municipal VETAR integralmente o Projeto de Lei, permanecendo na expectativa de seu acolhimento por essa Casa.

Atenciosamente,


GILBERTO DA COSTA SILVA
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
Ver. Evânio Couto Carneiro
Presidente da Câmara Municipal
CIDREIRA/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CIDREIRA
PROCURADORIA JURÍDICA



Parecer nº: 172/2025

Processo nº: 1828/2025

Para: Secretaria de Administração

Assunto: Solicitação de parecer jurídico de Projeto de Lei Municipal de iniciativa do Poder Legislativo Municipal que “institui o Programa Patrulha Ambiental nas Escolas do município de Cidreira e dá outras providências”.

O presente expediente chegou nesta Procuradoria na data de 01/04/2025, para apreciação desta Procuradoria com objetivo de elaboração de parecer jurídico (análise) à luz da Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

1. DO RELATÓRIO

Na data de 26/03/2025 foi encaminhado à Secretaria de Administração, Projeto de Lei Municipal de iniciativa do Poder Legislativo, aprovado pela Câmara de Vereadores para criação do “Programa Patrulha Ambiental nas Escolas do município de Cidreira e dá outras providências”.

A documentação que instrui o processo é unicamente o Projeto de Lei, que contém 5 (cinco) artigos.

Na proposta, o Poder Legislativo Municipal busca implementar o “Programa Patrulha Ambiental nas Escolas municipais”, com intuito de incentivar práticas sustentáveis e fortalecer valores de respeito e empatia entre os alunos da rede municipal de ensino, implementado anualmente e de forma permanente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, podendo buscar parcerias com empresas privadas, associação comercial do município e outras instituições para custear a manutenção do projeto.

É o breve relatório.

2. PRELIMINAR – Da abrangência do parecer jurídico.



Inicialmente, antes de realizar a análise sobre a viabilidade jurídica da solicitação, é importante destacar que esta Procuradoria realiza apenas a análise dos requisitos legais, com adequação ao sistema jurídico-normativo vigente.

Além disso, os apontamentos eventualmente realizados são exclusivamente para adequar o expediente aos entendimentos da lei, da jurisprudência e dos órgãos de controle, evitando assim que o Município, o Gestor, os Secretários e os servidores envolvidos no seu trâmite sejam prejudicados futuramente por agir em desconformidade com a Lei.

Por fim, é importante mencionar que esta Procuradoria não autoriza ou desautoriza algo, tampouco dita regras, buscando apenas fazer a melhor e mais segura interpretação da legislação.

3. DO MÉRITO

A previsão constitucional da separação dos poderes, instituída no Art. 2º da Constituição Federal, assim como o Art. 2º, §1º da Lei Orgânica Municipal são peças basilares onde dispõem sobre a repartição de poderes e por conseguinte a manutenção do Estado Democrático de Direito, sendo vedada delegação de atribuições entre si, sob pena de interferência entre os poderes.

Neste sentido, cabe-nos, à luz da Lei Orgânica Municipal, referirmos as competências legiferantes do Legislativo Municipal:

Art. 49- Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I - legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituição da União e do Estado, e por esta Lei Orgânica;

II - votar:

- a) o Plano Plurianual;
- b) as Diretrizes Orçamentárias;
- c) os Orçamentos anuais;**
- d) as metas prioritárias;
- e) o Plano de auxílio e subvenção;
- f) as Posturas Municipais.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CIDREIRA
PROCURADORIA JURÍDICA



Encontramos no Art. 72 da Lei Orgânica Municipal, em seu inciso III, que compete privativamente ao Prefeito *“iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta lei”*.

Art. 72 Compete privativamente ao Prefeito:

III - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta lei;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

Nesse sentido, transcrevemos o Art. 104, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 104 – Leis de **iniciativa do Poder Executivo Municipal** estabelecerão:

I – o Plano Plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais. (grifamos).

Inobstante, em razão do princípio da simetria constitucional, encontramos texto semelhante na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

[...]

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

O “Art. 5º – Disposições Finais” do projeto de lei em discussão traz a seguinte disposição:

Art. 5º – Disposições Finais

§ 1º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, especificando os recursos e ações necessários para a sua implementação.

§ 2º **As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias,** podendo ser **complementadas** por recursos advindos de parcerias com empresas privadas e entidades do município. (grifamos).



No "Art. 3º – *Da Implementação*" da lei em debate, informa que "O programa será implementado anualmente, de forma permanente, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, podendo buscar parcerias com empresas privadas, a associação comercial do município e outras instituições para buscar custear materiais necessários à realização do projeto, garantindo sua continuidade e eficácia".

Desta forma, encontramos vícios nos artigos citados no que concerne a competência de iniciativa do Poder Legislativo a iniciativa de legislar sobre um assunto de competência de iniciativa privativa do Poder Executivo, já que a lei impõe a geração de despesas orçamentárias inclusive permanentes ao Município, onde o orçamento anual compete ao Executivo.

Sobre a questão de indicação das Secretarias municipais para a execução do projeto, entendemos também não ser competente o Poder Legislativo indicar quais seriam, pois é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo a indicação e designação das secretarias que devam exercer a execução dos programas municipais.

4. DA CONCLUSÃO

Isto posto, diante das razões explanadas, ***opina-se pelo veto total do projeto de Lei***, diante a existência dos vícios apontados, recomendando-se que na situação em tela, onde há as previsões de criação de despesas orçamentárias e também indicações das secretarias que devam executar o projeto caso tornar-se lei se faça por iniciativa do Poder Executivo Municipal, e não pelo Poder Legislativo.

É o parecer.

À consideração superior para apreciação.

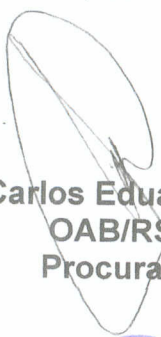




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CIDREIRA
PROCURADORIA JURÍDICA



Cidreira, 08 de abril de 2025.


Carlos Eduardo Martinez
OAB/RS 103.463
Procurador-Geral


Douglas Teixeira dos Anjos
OAB/RS 101.066



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CIDREIRA

LEI MUNICIPAL Nº

“Institui o Programa ‘Patrulha Ambiental nas Escolas’ no Município de Cidreira e dá outras providências.”

DO SUL. O PREFEITO MUNICIPAL DE CIDREIRA, ESTADO DO RIO GRANDE

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º – Do Objeto: Fica instituído o Programa “Patrulha Ambiental nas Escolas” no Município de Cidreira, com o objetivo de promover a educação ambiental, incentivar práticas sustentáveis e fortalecer valores de respeito e empatia entre os alunos da rede municipal de ensino.

Art. 2º – Dos Objetivos: O programa tem como objetivos:

- I – Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais;
- II – Incentivar ações de reciclagem, redução de resíduos e consumo consciente dentro das escolas;
- III – Desenvolver atividades que promovam a empatia, o respeito ao meio ambiente e a convivência harmoniosa;
- IV – Integrar a comunidade escolar em projetos de responsabilidade socioambiental.

Art. 3º – Da Implementação

O programa será implementado anualmente, de forma permanente, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, podendo buscar parcerias com empresas privadas, a associação comercial do município e outras instituições para custear materiais necessários à realização do projeto, garantindo sua continuidade e eficácia:

- I – Inclusão de conteúdos de educação ambiental no currículo escolar;
- II – Realização de projetos pedagógicos, oficinas, palestras e mutirões ambientais;
- III – Criação de grupos de alunos responsáveis por promover boas práticas ambientais nas escolas;
- IV – Parcerias com entidades ambientais, ONGs e universidades para ampliar as ações do programa.



Art. 4º – Dos Resultados Esperados

O programa busca:

- I – Formar cidadãos mais conscientes e responsáveis ambientalmente;
- II – Reduzir o impacto ambiental das escolas através de práticas sustentáveis;
- III – Estimular o protagonismo estudantil na preservação ambiental e na promoção do respeito e da empatia no ambiente escolar.

Art. 5º – Disposições Finais

§ 1º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, especificando os recursos e ações necessários para a sua implementação.

§ 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser complementadas por recursos advindos de parcerias com empresas privadas e entidades do município.

§ 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM

GILBERTO DA COSTA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

GILMAR DA COSTA SILVA
Secretário de Administração

EVANIO COUTO CARNEIRO
Presidente do Legislativo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE CIDREIRA

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

VETO TOTAL nº. 002/2025

RELATÓRIO: O presente Veto Total nº.002/2025 ao Projeto de Lei que “Institui o Programa Patrulha Ambiental nas escolas do município de Cidreira e dá outras providências.”

ANÁLISE: Após em cumprimento ao artigo 172¹ do Regimento Interno, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final analisou dentro do prazo regimental.

CONCLUSÃO: Em face do exposto, a Comissão decidiu pela não continuidade do procedimento, acatando o veto imposto.

Cidreira, 30 de abril 2025


Vereador Rodrigo Elias de Andrade
Presidente


Vereador Flavio Leandro Zanoni de Andrade
Relator


Vereador Jerri Adriani da Silva Andrade
Revisor

¹ Art. 81. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final: I — examinar e emitir parecer sobre: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa dos expedientes; b) admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município; c) veto que tenha por fundamento a inconstitucionalidade; d) assunto de natureza jurídica que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento; e) pedido de intervenção no Município; f) transferência temporária da sede da Câmara e do Município; g) regime de trabalho e previdenciário dos Servidores Municipais; h) recurso interposto às decisões da Presidência da Mesa; i) direitos e deveres, relativos ao mandato parlamentar; j) suspensão de ato normativo do Executivo que exceda ao direito regulamentar; k) consórcios; l) matéria referente à organização do Município e seus Poderes; m) licença ou afastamento do Prefeito e do Vice-Prefeito; n) toda e qualquer matéria que não seja competência de outra Comissão. II — realizar, em matéria de sua competência, audiência pública; III — elaborar a redação final dos expedientes; IV — questões relativas à higiene e à saúde pública; V — expedientes referentes à defesa da cidadania e dos direitos humanos, de todos que se sentirem ameaçados ou violentados em seus direitos; VI — atender aos cidadãos que não tiverem os seus direitos respeitados junto aos órgãos institucionais; VII — denúncias sobre violências físicas e morais praticadas por órgãos institucionais e particulares, assim como a prática de ilícitos por parte de terceiros contra o cidadão; VIII — infrações praticadas contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Parágrafo único. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no que for de sua competência, opinará antes das demais Comissões.